

Diário do Alentejo

ANO LXIV nº 728 (II Série)
DE 5 A 11 DE ABRIL DE 1996

JORNAL REGIONALISTA INDEPENDENTE
DIRECTOR: ANTÓNIO ALEXANDRE RAPOSO



TAXA PAGA
7800 BEJA

SAI ÀS SEXTAS-FEIRAS
PREÇO: 130\$00 (IVA INCLUÍDO)

EDITORIAL

Serenidade e bom senso

O Congresso Extraordinário sobre o Alentejo que amanhã decorre na cidade de Moura é, sem dúvida, a oportunidade ideal para o esclarecimento de uma questão que está a mobilizar as atenções dos alentejanos e não só.

Em discussão está um tema de flagrante actualidade.

A regionalização, imperativo constitucional em pousio desde 1976, é o tema único em debate.

Sabe-se que, salvo poucas excepções que confirmam a regra, a criação das regiões administrativas é entendida como um factor importante para a descentralização de poderes e consequente contribuição para o progresso e desenvolvimento do interior do País. Através dela poderá encontrar-se a solução para o equilíbrio que se pretende entre o litoral e o interior, acabando de vez com a macrocefalia que tem pautado a administração pública portuguesa.

É certo que este ponto tem sido difícil. Parece-nos, no entanto, que desta vez estão reunidas condições objectivas para um nascimento feliz, sem necessidade de recurso a cesaria.

Por isto, não será demais salientar que a ocasião não é propícia à criação artificial de divergências quanto às delimitações regionais.

Uma apreciação serena sobre a situação, atendendo às características, às tradições, à história, à forma de financiamento e às atribuições e competências previstas na legislação, levará de certeza a que o bom senso venha a prevalecer.

No caso vertente, que levou à convocação deste congresso, recomenda-se a máxima participação com contribuições avisadas. O alheamento, a ausência premeditada, o radicalismo de posições, não são bons conselheiros para levar a bom termo uma aspiração de décadas.

Colocar mais areias numa engrenagem complicada é atirar para as calendas uma prerrogativa inadiável.

POLÍTICA

Continuar Aljustrel

As minas de Aljustrel fizeram nascer a vila. A vila não quer deixar morrer as minas. Aljustrel quer continuar. Aljustrel vai continuar. Carlos Monteiro escreve sobre a crise gerada pelo encerramento das Pirites Alentejanas e defende a sua reabertura. p. 13



Serpa em festa

Começam hoje, sexta-feira, e prolongam-se até ao próximo dia 9 as Festas de Serpa, em honra da Senhora de Guadalupe. O cortejo histórico e etnográfico, no domingo, é a grande atração dos festejos, que levam à bela Vila Branca milhares de visitantes. p. 11

Barrancos

Poluição espanhola

PÁGINA 5

Mértola

Ruptura na saúde

PÁGINA 5

Beja

Festival na BA 11

PÁGINA 14

Évora

Museu regressa

PÁGINA 17

Grândola

Torralta à espera

PÁGINA 15

Sines

Politécnico desejado

PÁGINA 13

CULTURA

Serpa, Vila Branca



Diário do Alentejo

Fundado em 1/6/1932

Fundadores:

Carlos das Dores Marques e Manuel António Engana

Presidente do Conselho de Administração da AMDB: Manuel Francisco Colaço Camacho

Director:

António Alexandre Raposo

Chefe de Redacção:

Carlos Pereira

Redacção:

Francisco Pratas, Joana Gomes e Rosário Fernandes

Grafismo:

António Carrilho

Secretaria de Redacção:

António Bernardo

Correspondentes:

Aljustrel-António Zácaras Gonçalves; Almodôvar-António Colaço; Alvalade Sado-Luís Martins Silva; Arraiolos-José Manuel Nunes

Pinto; Barrancos-Francisco Oliveira; Borba-Helder Guéguês; Castelo de Vide-José Rabaça; Cuba-José Roque; Estremoz-Teodósio Caeiro;

Évora-Luís Rocha; Ferreira do Alentejo-Luís Santana;

Grândola-Rafael Rodrigues;

Mértola-Miguel da Conceição Bento;

Montemor-o-Novo-Carlos Alberto Fernandes; Mora-Luís Manuel Canelas; Moura-Ferro Limpio; Nisa-Mário Mendes; Odemira-Manuel Augusto Marcos; Reguengos de Monsaraz-Ana Paula Amendoeira; Santo André-Raul Oliveira;

Serpa-Carlos Amarelinho; Sines-Joaquim Bernardo; Vila Viçosa-José

António Carola

Colunistas:

Ana Paula Fitas, Carlos Dias, Correia da Fonseca, Eduardo Olímpio, Francisco Munhoz, Joaquim Figueira Mestre, Manuel Geraldo, Manuel Vieira, Martinho Marques, Miguel Serrano, Miguel Urbano Rodrigues e Zillah Branco

Charadismo:

Manuel Gonçalves

Filatelia:

Francisco Galveias e Gueda de Sousa

Fotografia:

Ferro Limpio, João Moura e Mariano Martins

Tauromaquia:

Manuel Vieira

Colaboradores:

Ana Fonseca, Ana Paula Portugal, António Baptista Candeias, António Borges Coelho, António Brotas, António Cunha, António Eloy, António Melo, António Paisana, António Ventura, Augusto Rodrigues, Baltazar, Carlos Gradi, Cláudio Torres, Colaço Guerreiro, Daniel Machado, Daniel Nobre Mendes, Deodato Santos, Duarte Pimentel, Eduarda Gageiro, Eliseu Martins Efigênio, F. Correia das Neves, Fernando Graça e Silva, Germano Vaz, Henrique Pinheiro, João Honrado, José Jorge Letria, José Lapa Candeias, José Luis Soares, José da Luz Saramago, José Manuel Pelica, José M. M. Pote, José Saúde, Leonel Borrela, Luciano Caetano da Rosa, Luís Pavão, Mário Elias, Manuel Vilaverde, Miguel Quaresma, Néfim Joaquim de Jesus Ramos, Orlando César, Q. de S. V., Sérgio Ribeiro, Urbano Tavares Rodrigues, Vasco Riobom, Vicente Campinas, Vítor Camilo e Vultos Sequeira

Publicidade:

Leopoldo Santos Assinaturas:

Território Nacional: Semestral: 3 000\$00;

Anual: 4 500\$00

Propriedade:

Associação de Municípios do Distrito de Beja

Câmaras associadas:

Aljustrel, Almodôvar, Alvito, Barrancos, Beja, Castro Verde, Cuba, Ferreira do Alentejo, Grândola, Mertola, Moura, Odemira, Ourique, Santiago do Cacém, Serpa, Sines e Vila Viçosa

Sede:

Praça da República, 43 - Apartado 70

7801 BEJA CODEX

Telefone: 32 57 16

Redacção:

Praça da República, 12 - Apartado 70

7801 BEJA CODEX

Telefone: 32 31 11

Telex n.º 18203 AMDBP

Fax n.º 32 13 98

Fax (AMDB) n.º 32 63 32

Publicidade e assinaturas:

Praça da República, 12 - Apartado 70

7801 BEJA CODEX - Tel.: 32 57 16

Oficinas Gráficas:

Praça da República, 43 - Apartado 70

7801 BEJA CODEX - Tel.: 32 57 16

Tiragem semanal: 6000 exemplares

Depósito legal n.º 29738/95

EDITADO E PUBLICADO

EM PORTUGAL



MOURA, 6 ABRIL 1996



Mais de 500 inscrições no VIII Congresso de Moura

O Alentejo debate a regionalização

Há grande expectativa em torno do VIII Congresso (extraordinário) sobre o Alentejo, que se realiza amanhã, sábado, em Moura. O número de inscrições ultrapassa o meio milhar, pelo que a organização foi forçada a transferir o local do Congresso do Cine-Teatro Caridade para o salão dos Bombeiros Voluntários de Moura. Estão inscritos representantes dos quatro partidos com assento parlamentar e desde já há 40 pedidos de intervenção para debater a regionalização e o desenvolvimento, o grande tema deste fórum dos alentejanos.

Que regionalização para o Alentejo? Este o grande tema que leva amanhã, sábado, a Moura, representantes das diferentes forças políticas, económicas, sociais e culturais alentejanas.

O VIII Congresso sobre o Alentejo, convocado extraordinariamente para discutir o tema «Regionalização e Desenvolvimento» vai debruçar-se não só sobre a questão da criação de uma ou mais regiões no Alentejo, mas também sobre outros aspectos ligados à regionalização - competências, cooperação inter-regional, relações com as diferentes instâncias do poder central e autárquico, vantagens e desvantagens das regiões administrativas, etc..

No momento em que na Assembleia da República há duas propostas de regionalização - apresentadas pelo PCP e pelo PS -, o Congresso será o fórum alentejano ideal para a construção de consensos sobre a solução a adoptar no Alentejo. Tudo aponta para que o processo de regionalização a nível nacional avance, de acordo com a vontade expressa de socialistas e comunistas, de molde a que as primeiras eleições regionais se realizem em finais de 1997, em simultâneo com as autárquicas.

No que se refere ao Alentejo, onde PCP e PS são largamente

maioritários, a questão que subsiste não é a de haver ou não regionalização, mas a da configuração da região ou regiões. Os comunistas defendem uma única região polinucleada que engloba os distritos de Portalegre, Évora e Beja e os quatro concelhos do litoral sul de Setúbal, enquanto os socialistas se apresentam divididos nas suas opções - há os que querem duas regiões (Alto e Baixo Alentejo) e há os que preferem uma única região «multi-polar».

As posições extremadas não devem passar no Congresso

de Moura, triunfando seguramente soluções consensuais. A ameaça de boicote da Federação de Beja do PS não surtiu efeito - há socialistas do distrito inscritos - e o número previsto de participantes, mais de 500 segundo a organização, incluindo representantes não só do PCP e do PS mas também do PSD e do PP, revela bem o interesse e a expectativa em torno da reunião.

Depois do recente congresso do PSD, está a suscitar alguma curiosidade a posição que os sociais democratas vão defender em Moura. Destaca-

dos dirigentes laranjas de Beja, como Marciano Lopes ou Amílcar Mourão, têm defendido a regionalização, enquanto outros, como a deputada Teresa Gouveia, manifestam reservas em relação ao processo.

No final do debate que o Congresso vai travar em Moura, espera-se que o bom senso e a serenidade triunfem e que os alentejanos, uma vez mais, dêem provas de unidade e sabedoria, colocando acima de tudo os interesses do desenvolvimento do Alentejo e do País.

Como escreveu o secretariado do Congresso, os alentejanos estão certos do «empenho que todos [no fórum de Moura] demonstrarão para a melhor convergência dos diferentes pontos de vista e para a dignificação de uma zona que, todos reconhecem, possui condições ímpares para se afirmar no espaço nacional e europeu».

Em termos organizativos, o Congresso de Moura vai proporcionar a todos os participantes não só espaço para o debate sobre a regionalização como um momento de convívio. Há um programa cultural, que inclui a exibição, à hora do almoço, de grupos corais alentejanos pelas ruas da cidade, e um espectáculo musical, no Cine-Teatro Caridade, no final do Congresso. ■

Regulamento e programa

O VIII CONGRESSO (extraordinário) sobre o Alentejo realiza-se amanhã, sábado, no salão dos Bombeiros Voluntários, na cidade de Moura.

Os trabalhos terão a duração de um só dia, não se procedendo no final à edição das actas. O Congresso funcionará em plenário e as comunicações a apresentar (em 15 minutos no máximo) terão de circunscrever-se ao tema específico e único «Regionalização e Desenvolvimento». O secretariado do Congresso é constituído pelas câmaras municipais de Évora, Portalegre, Beja e Sines, pela Associação de Defesa de Alqueva, Universidade de Évora, Diário do Alentejo e Casa do Alentejo.

O programa previsto é o seguinte: recepção aos congressistas (das 9 às 9 e 30 horas); abertura e primeira sessão de trabalho (das 9 e 30 às 11 horas); intervalo; segunda sessão de trabalho (das 11 e 15 às 13 horas); almoço (das 13 às 15 horas); terceira sessão de trabalho (das 15 às 16 e 30 horas); intervalo; quarta sessão de trabalho (das 16 e 45 às 18 horas); e encerramento às 18 horas. ■

Francisco Pacheco, presidente da Câmara de Sines, defende a necessidade de um consenso alargado sobre o processo de regionalização no Alentejo

«Não podemos perder o comboio»

Numa Europa cada vez mais das regiões, e menos dos países e das nações, o Alentejo, sendo maior que alguns países como a Bélgica, a Holanda e a Dinamarca, e tendo potencialidades que lhe permite vir a ter, no contexto europeu das regiões, um impacto económico, político, cultural e social muito importante, só tem a ganhar com a criação de uma região. Esta, uma das ideias defendidas por Francisco Pacheco, presidente da Câmara de Sines, na conferência de imprensa do passado dia 26, nas instalações da Junta de Freguesia de Sines, como membro do Secretariado e na apresentação do VIII Congresso sobre o Alentejo, a realizar amanhã, dia 6 de Abril, em Moura, cidade da margem esquerda do Guadiana.

Congresso que pretende aproveitar a conjugação de vários factores, nomeadamente os compromissos eleitorais do PS na criação das regiões, a apresentação, para já, de duas propostas de regionalização na Assembleia da República, pelo PS e pelo PCP, a necessidade/vantagem de promover as eleições regionais em simultâneo com as eleições autárquicas de 1997.

Sendo um processo passível de algumas demoras, já que carece de várias etapas para a sua concretização, desde a aprovação na Assembleia da República, institucionalização precedida de legislação sobre as suas atribuições, competências e financiamentos, eleição por sufrágio direto e universal, após aprovação prévia por todas as assembleias municipais do país, até às inevitáveis dificuldades, nalguns pontos do país, de se



de Beja estar ausente do Congresso, «quando há dirigentes nacionais do PS preparados para intervir em Moura».

Francisco Pacheco referiu o facto de «contrariamente ao que aconteceu noutros países da Europa, em que os municípios resistiram à criação das regiões, receando perda de protagonismo a favor das regiões, em Portugal são precisamente os municípios que exigem a criação das regiões», isto porque, acrescentou, «só assim os municípios portugueses conseguirão transferir competências do poder central para as autarquias, aproximando o poder de decisão das próprias populações, tornando mais democrática a vivência em Portugal».

O mesmo responsável recordaria ainda as potencialidades da região alentejana, dos marmores aos vinhos, do turismo às zonas industriais de Sines e Portalegre, do porto de Sines aos rios alentejanos, não esquecendo a massa crítica que existe no Alentejo. «Falta-nos, isso sim, a capacidade económica para aproveitar todas as nossas potencialidades», concluiu Francisco Pacheco.

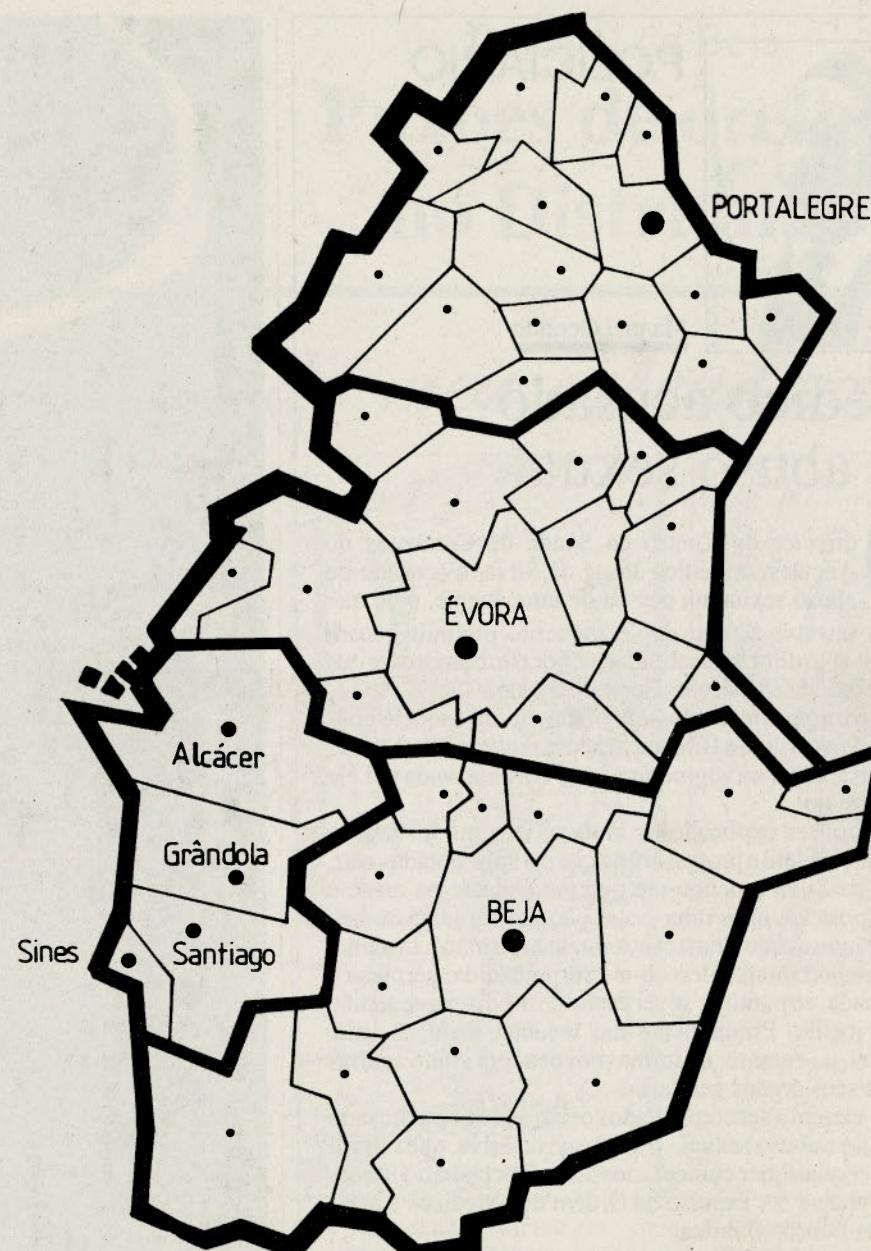
PS do Litoral sem consenso

Apesar de se fazer representar no Congresso extraordinário sobre o Alentejo, que se realiza no próximo dia 6, em Moura, quer o PS de Sines, quer o de Santiago do Cacém, internamente, não têm uma linha condutora de actuação prevista para o debate sobre regionalização. Isto porque há em ambas as estruturas partidárias adeptos de uma e duas regiões para o Alentejo. ■

RAUL OLIVEIRA

conseguirem os consensos quanto às regiões a criar, como é o caso precisamente no Alentejo, é natural que haja toda a vantagem em que a discussão se processe quanto antes.

Segundo o autarca sinese, «é grave se o Alentejo perder o comboio da regionalização, ao não chegar ao consenso da região a criar», desdramatizando o anúncio do PS



A cidade de Moura vai acolher, amanhã, dia 6, o VIII Congresso (extraordinário) sobre o Alentejo

As grandes questões

Em torno da regionalização que os alentejanos querem para o Alentejo vão centrar-se os debates do Congresso de Moura. A organização divulgou um texto em que são colocadas várias interrogações sobre o grande tema da regionalização.

«Cerca de um terço do território nacional é constituído por zonas rurais fortemente deprimidas, sujeitas a insuficiências económicas e administrativas. Nessa zona do território nacional, criaram, no entanto, a natureza e os tempos, importantes recursos naturais, humanos e culturais, que permitem encarar o seu futuro com redobrada esperança e optimismo. Essa zona tem um nome: Alentejo.

A União Europeia, na sua política de desenvolvimento global, considera como fundamental a promoção da Europa das regiões. De facto, parte da sua política de aplicação de fundos está enquadrada

de acordo com diferentes tipos de regiões, havendo algumas em que as prioridades se centram ao nível das infraestruturas de base do sistema produtivo e outras em que a preocupação fundamental consiste na reabilitação de dinâmicas indústria em declínio. O Alentejo, naturalmente, enquadra-se no primeiro caso, o que implica um redobrar de esforços nos incentivos à produção, às infraestruturas de base, à proteção do ambiente, à investigação, às tecnologias e à formação profissional.

Desde Sines que o Congresso sobre o Alentejo se tem preocupado com os problemas da regionalização, uma ideia que

amadureceu ao longo de anos sucessivos que agora se pretende discutir nas suas múltiplas facetas e ideologias associadas.

A identidade, a dignidade da sua população e o espírito de solidariedade que a caracterizam, constituem os principais aspectos que têm orientado essa discussão. A abertura recente para a análise dos problemas da regionalização e o relançamento da ideia Alqueva e da mais-valia que sem dúvida representa para o Alentejo na perspectiva de um desenvolvimento integrado, constituem pontos de referência para que o VIII Congresso sobre o Alentejo questione as novas condicionantes do desenvolvimento local e regional:

- Que modelo de regionalização para o Alentejo?

- Que factores a potenciam e que factores deverão ser por ela desenvolvidos?

- Quais os factores históricos, políticos e culturais a ter em consideração?

- Em que medida a regionalização poderá contribuir para aproximar o Alentejo das médias nacionais e da União Europeia?

- Qual o papel a representar por cada um dos intervenientes locais (políticos, associativos e individuais) no processo de desenvolvimento?

- Qual o quadro de relações a estabelecer com a administração

central e com as restantes regiões administrativas?

- De que modo potenciar as relações de solidariedade entre as diferentes regiões, face à necessária e desejável cooperação económica?

Essas e muitas outras questões constituem pontos de análise que o secretariado do VIII Congresso sobre o Alentejo gostaria de ver discutidas ao longo do evento, certo que está do empenho que todos demonstrarão para a melhor convergência dos diferentes pontos de vista e para a dignificação de uma zona, que, todos reconhecem, possui condições ímpares para se afirmar no espaço nacional e europeu. ■

EDITORIAL

Um processo irreversível

Perdoem-nos o desabafo. Mas a atitude de um sector político de relevo na região a ignorar (melhor, não participar na discussão sobre a regionalização no Congresso extraordinário realizado em Moura, no passado sábado) merece-nos condenação.

Os argumentos vindos a público não são nada convincentes. O conclave foi aberto a toda a gente. Ali estiveram, com possibilidade de intervenção, todos quantos se interessam pelos problemas nacionais e regionais.

Não se tratou, de facto, de uma iniciativa manipulada por uma formação partidária.

Aliás, tal como aconteceu nos sete anteriormente realizados, este congresso não se fechou a nenhuma das sensibilidades que o Alentejo contém. Antes sim, pelo contrário, a iniciativa pretendeu ser um espaço de discussão exclusiva sobre um problema actual que, tendo já barbas de 20 anos, entrou agora numa fase decisiva.

Ali estiveram e usaram da palavra responsáveis regionais a vários níveis. Quadros partidários, representantes de órgãos institucionais, membros de organizações não governamentais e muitos outros a título individual expressaram opiniões sobre esta questão candente. O resultado destas intervenções está resumido na acta que o congresso apresentou no final dos trabalhos.

Nada ficou definido como seria de prever. Mas, tanto quanto nos apercebemos, foi dado um alargado passo no esclarecimento que se pretende.

Ficou, no entanto, a ideia de que a regionalização é um processo irreversível. Nada o fará deter. Mesmo que estejam a proliferar posições de «cabecinhas pensadoras» ao mais alto nível da comunicação social (Sousas Tavares, Pachecos Pereiras, Nogueiras de Brito e alguns outros que mais não fazem do que fabricar teias sem consistência) a descentralização real vai ser um facto.

Até a polémica questão da delimitação geográfica das regiões irá ser ultrapassada.

Acreditamos que o bom senso irá imperar, apesar do radicalismo de algumas personalidades.

Aqui, numa área que se estende do Tejo às serras algarvias e do Atlântico à fronteira com Espanha, em que a marginalização é um facto indesmentível, também a solução correcta vai ser uma realidade.

Seja qual for a decisão final, entendemos que é no campo da discussão aberta que ela se deve definir.

Em campo de adversários, a jogar em casa ou em campo neutro nada é pior do que a falta de compariência. Quando se foge da discussão, quando não se comparece, quando se joga a mão à falta de argumentos a derrota é certa.

Não nos venham, num próximo futuro, argumentar sobre a falta de democratização.

A democracia não se concretiza metendo o rabo entre as pernas. A frontalidade na discussão e a participação activa no estudo dos problemas continuam a ser um apanágio democrático.

O que trai o sistema em que queremos viver são as posições radicais, irrationais e sem princípios que teimam em persistir nas mentalidades de alguns políticos com ambições desmesuradas.

António Alexandre Raposo

Grande consenso no Congresso de Moura

Ganhar a batalha da regionalização

Os alentejanos querem a regionalização. Foi a conclusão do Congresso sobre o Alentejo, realizado neste sábado em Moura. No fórum, a maioria dos participantes (mais de meio milhar) manifestou-se favorável a uma única região. Agora, importa continuar a ganhar a batalha da regionalização. *p. 13*



Rio Mártega
ainda poluído *p. 5*

Depois de vacas,
ovelhas loucas *p. 9*

POLÍTICA

Patrocínio vai avançar

O Hospital do Patrocínio vai ser concluído e integrado no Hospital Distrital de Évora. A garantia foi dada pela ministra da Saúde, que se deslocou à cidade-museu para dar posse ao novo presidente da Administração Regional de Saúde do Alentejo. *p. 11*



CULTURA

Alentejana de prestígio

Vai para a estrada entre 28 de Abril e 4 de Maio a 14ª Volta ao Alentejo em Bicicleta. São mais de 900 quilómetros a percorrer em oito etapas, nesta edição exclusivamente no Alentejo. É uma prova onde a qualidade e o prestígio são característicos. *p. 14/15*



Diário do Alentejo

Fundado em 1/6/1932

Fundadores:
Carlos das Dores Marques
e Manuel António Engana
Presidente do Conselho
de Administração da AMDB:
Manuel Francisco Colaço Camacho

Director:

António Alexandre Raposo
Chefe de Redacção:

Carlos Pereira

Redacção:

Francisco Pratas, Joana Gomes
e Rosário Fernandes

Grafismo:

António Carrilho

Secretária de Redacção:

António Bernardo

Correspondentes:

Aljustrel: António Zácaras
Gonçalves; **Almodôvar:** António
Colaço; **Alvalade Sado:** Luís Martins
Silva; **Arraiolos:** José Manuel Nunes
Pinto; **Barrancos:** Francisco Oliveira;
Borba: Helder Guégués; **Castelo** de
Vide; **José Rabacá:** Cuba; **José**
Roque; **Estrémoz:** Teodósio Caeiro;
Évora: Luís Rocha; **Ferreira** do
Alentejo; **Luís Santana:** Grândola; **Rafael**
Rodrigues; **Mértola:** Miguel da Conceição Bento;
Montemor-o-Novo: Carlos Alberto
Fernandes; **Mora:** Luís Manuel
Canelas; **Moura:** Ferro Limpio; **Nisa:**
Mário Mendes; **Odemira:** Manuel
Augusto Marcos; **Reguengos** de
Monsaraz; **Ana Paula** Amendoa; **Santo André:** Raul Oliveira;
Serpã: Carlos Amarelinho; **Sines:**
Joaquim Bernardo; **Vila Viçosa:** José
António Carvalho

Colunistas:
Ana Paula Fitas, Carlos Dias,
Correia do Fonseca, Eduardo
Oliveira, Francisco Munhoz,
Joaquim Figueira Mestre, Manuel
Geraldo, Manuel Vieira, Martinho
Marques, Miguel Serrano, Miguel
Urbano Rodrigues e Zillah Branco

Charadismo:

Manuel Gonçalves

Filatelia:

Francisco Galveias e Gueda de Sousa

Fotografia:

Ferro Limpio, João Moura
e Mariano Martins

Tauromaquia:

Manuel Vieira

Colaboradores:

Ana Fonseca, Ana Paula Portugal,
António Baptista Candeias, António
Borges Coelho, António Brotas,
António Cunha, António Eloy,
António Melão, António Paisana,
António Ventura, Augusto
Rodrigues, Baltazar, Carlos Gradi, Cláudia Torres, Colaço Guerreiro,
Daniel Machado, Daniel Nobre
Mendes, Deodato Santos, Duarte
Pimentel, Eduardo Gageiro, Eliseu
Martins Efigênio, F. Correia das
Neves, Fernando Graça e Silva,
Germano Vaz, Henrique Pinheiro,
João Honrado, José Jorge Letria,
José Lapa Candeias, José Luís
Soares, José da Luz Saramago,
José Manuel Pelica, José M. M. Pote,
José Sáude, Leonel Borrela, Luciano
Caetano da Rosa, Luís Pavão, Mário
Elias, Manuel Vilaverde, Miguel
Quaresma, Noémio Joaquim de Jesus
Ramos, Orlando César, Q. de S. V.,
Sérgio Ribeiro, Urbano Tavares
Rodrigues, Vasco Riobom, Vicente
Campinas, Vítorio Camilo e Vultos
Sequeira

Publicidade:

Leopoldo Santos

Assinaturas:

Territorial Nacional:
Semestral: 3 000\$00;
Anual: 4 500\$00

Propriedade:

Associação de Municípios
do Distrito de Beja

Câmaras associadas:

Aljustrel, Almodôvar, Alvito,
Barrancos, Beja, Castro Verde, Cuba,
Feneira do Alentejo, Grândola,
Mértola, Moura, Odemira, Ourique,
Santiago do Cacém, Serpa,
Sines e Vidiúveira

Sede:

Praca da República, 43 - Apartamento 70
7801 BEJA CODEX
Telefone: 32 57 16

Redacção:

Praca da República, 12 - Apartamento 70
7801 BEJA CODEX
Telefone: 32 31 11
Telex n.º 18203 AMDBP

Fax n.º 32 13 98

Fax (AMDB) n.º 32 63 32

Publicidade e assinaturas:

Praca da República, 12 - Apartamento 70
7801 BEJA CODEX - Tel.: 32 57 16

Tiragem semanal: 6000 exemplares

Depósito legal n.º 29738/89

EDITADO E PUBLICADO
EM PORTUGAL

Mais de meio milhar de participantes no VIII Congresso sobre o Alentejo, realizado no passado sábado em Moura, manifestaram-se claramente a favor da regionalização. A maioria pronunciou-se pela criação de uma única região administrativa no Alentejo. Mas, acima de tudo, importa agora continuar a debater o processo de regionalização, de forma a torná-lo uma realidade no mais curto espaço de tempo. Para além as diferenças de opinião manifestadas em Moura, ficou a certeza de que os alentejanos querem ganhar a batalha da regionalização.

A regionalização deve ser um processo amplamente participado pelas populações e através das assembleias municipais. Esta uma das conclusões do VIII Congresso (extraordinário) sobre o Alentejo, realizado no passado sábado, em Moura. O objectivo a alcançar é o consenso alargado em torno dos seus limites geográficos, competências e financiamento. Os representantes dos partidos presentes - PS, PSD e CDU - foram unânimes em relação à necessidade de criação das regiões administrativas. A maioria dos presentes revelou-se a favor de uma única região Alentejo. De qualquer modo, os participantes concluíram que serão as populações e os seus eleitos locais a decidir.

A regionalização é um processo importante para o desenvolvimento integrado, não devendo ser considerado contra os municípios. Pelo contrário, deve completar as estruturas político-administrativas do Estado com o seu espaço próprio. Os congressistas reunidos em Moura alertaram, contudo, que não se devem criar expectativas demasiadas em relação «à capacidade da regionalização ser capaz (porque não é) de resolver os problemas dos alentejanos».

O referendo nacional, defendido essencialmente pelos sociais democratas, foi entendido pela maioria dos participantes como possível factor de adiamento das regiões administrativas.

No encerramento do Congresso foi defendida a necessidade de se prosseguir o debate



Grande participação no VIII Congresso sobre o Alentejo, em Moura

Ganhar a batalha da regionalização

regional e a promoção de ações que permitam aprofundar a análise do tema e melhor informar o cidadão comum.

É urgente regionalizar

«O modelo de regionalização - para a região ou regiões do Alentejo - deverá enquadrar o carácter político, administrativo e institucional dos órgãos regionais, prever a afectação dos recursos financeiros que possibilitem os níveis estruturais do país e da comunidade e o reforço da competitividade dos recursos endógenos». As afirmações pertencem a Manuel Mestre, presidente da Câmara Municipal de Moura, a cidade anfítriã, e da Associação de Defesa de Alqueva.

Manuel Mestre, que falava na abertura do Congresso, defendeu «a tomada de consciência do espírito de solidariedade que permita determinar os objectivos do desenvolvimento a atingir». Ao lembrar que «o Alentejo (região ou repartido por regiões) constitui o terço mais empobrecido do todo nacional, fortemente desertificado e ciclicamente sujeito a situações de quase calamidade», o autarca acentuou que o Alentejo regista uma debilidade que se acen-
tuou com a entrada na União Europeia. E, se Portugal deve-
ria manter um diferencial de crescimento de 0,5 por cento durante 20 anos para atingir 80 por cento do PIB (Produto Interno Bruto) médio comunitário, quantos anos levaria o Alentejo com uma taxa idênti-
ca?

Esta é a questão que o presidente da Associação de Alqueva deixou no ar.

Ainda na fase inicial do Congresso, Luis Sá, deputado e membro da Comissão Política do PCP, defendeu a constituição de uma região e avogou a urgência na regionalização. Neste sentido, é a favor de um referendo orgânico, em que as assembleias municipais tenham a última palavra a dizer.

Com base no documento aprovado, por unanimidade, em Maio de 1994, pelas comissões políticas do PSD de Beja, Évora e Portalegre, os deputados sociais democratas eleitos pelos três distritos, representados por Torres Pereira, defenderam claramente a regionalização.

Os sociais democratas que, com a liderança de Rebelo de Sousa, entraram no «comboio da regionalização» são, em Beja, por uma região, cientes «da sua unidade e homogeneidade socio-política, económica e sobretudo cultural». Mas ainda não se definiram quanto às suas «atribuições e competências e se as regiões deverão ou não ser criadas em simultâneo».

PS de Beja ausente

O PS de Beja foi o que materializou a voz da discordância primandopela ausência. A Federação do Baixo Alentejo do PS recusou-se a participar no Congresso sobre o Alentejo por «uma questão de coerência», dado que defende dois Alentejos. Também

a Federação de Portalegre, que do mesmo modo defende duas regiões, se pautou pela ausência no Congresso.

A ausência das federações foi criticada no decorrer dos trabalhos, tanto por pessoas de outros quadrantes políticos como, de uma forma velada, pelos seus próprios camaradas.

Afastar as questões pessoais e partidárias

Também socialista, mas a defender a região Alentejo, Henrique Troncho, governador civil de Évora, falou na qualidade de representante da Federação eborense.

A regionalização e Alqueva são, para Henrique Troncho, «os grandes pressupostos do desenvolvimento. Um porque confere poderes e meios políticos e o outro poderes e meios económicos no sentido do desenvolvimento. Por isso aqui estou e estarei em todos os debates que se façam relativamente ao tema, um dos mais importantes da vida dos alentejanos».

Para Henrique Troncho, o ponto de partida para a regionalização é «não nos enquistarmos com questões pessoais ou meramente partidárias». Defensor de uma região «multipolar» que inclua os quatro concelhos do litoral Sul de Setúbal, com os órgãos do poder regional repartidos por Évora, Beja e Portalegre, o candidato à liderança da Federação do PS de Évora encontra assim uma forma de os três distritos terem um tratamento que esbata os conflitos «bairristas».

Com uma posição ainda pouco definida está o socialista Manuel Mestre, que em declarações ao «Diário do Alentejo» disse não ter saído mais esclarecido do Congresso. «Eu não saio daqui mais esclarecido, mas mais rico. Recolhi informação que amanhã me vai fazer reflectir».

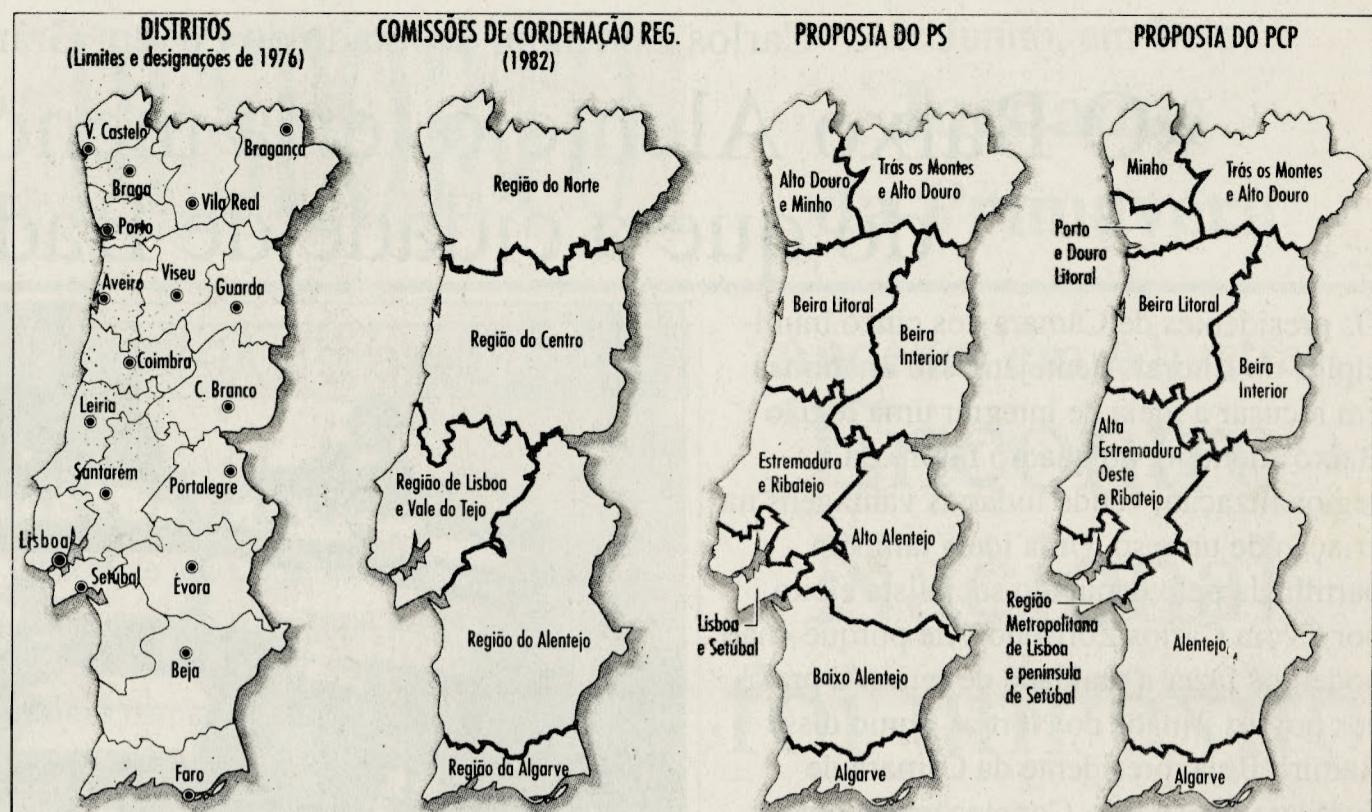
Manuel Mestre é de opinião que «é preciso praticarmos». O mesmo é dizer que «é preciso regionalizar, sem que isso seja um passo irreversível, ou seja, criarmos as regiões e elas serem imutáveis. É preciso criar um modelo de regionalização, qualquer que ele seja, regionalizar e depois aferirmos e avaliarmos esse modelo. Se chegarmos à conclusão que não é o mais conveniente, que continua a haver regiões mais atrasadas que outras, deve ver-se novamente o processo».

Manuel Mestre, de certa forma dividido entre a fidelidade aos seus camaradas de partido e aos imperativos que melhor defendam os interesses do concelho de Moura, não vê «nenhum problema se optarmos pela via referendária. Só vejo problema quando estas soluções sejam usadas para atrasar a regionalização no tempo». Entretanto, é a favor de mais informação sobre a matéria. «Por isso mesmo é que eu apoiei de braços abertos esta realização, este VIII Congresso sobre o Alentejo, aqui na cidade de Moura. Mas não basta. São precisas mais acções de modo a que as pessoas sejam melhor esclarecidas».

JOANA GOMES



Manuel Mestre e Henrique Troncho, do PS, Torres Pereira e Marciano Lopes, do PSD, e Luís Sá e Pinto Sá, do PCP, foram alguns dos participantes no Congresso de Moura a usar da palavra



A divisão em distritos, as cinco comissões de coordenação regional ainda em vigor, e as propostas de partidos para a criação das regiões administrativas

Diário de Notícias

Os que participaram e os ausentes

Dirigentes partidários (do PCP, PS, PSD e UDP), autarcas comunistas, socialistas e sociais democratas, deputados, técnicos, dirigentes associativos e cidadãos a título individual participaram no VIII Congresso sobre o Alentejo, convocado extraordinariamente para Moura.

Entre as muitas personalidades presentes na cidade da margem esquerda do

Guadiana, estavam figuras conhecidas como José Soeiro, dirigente do PCP; Torres Pereira, Teresa Gouveia e Manuela Ferreira Leite (os três deputados do PSD eleitos pelo Alentejo); Rodeia Machado e Lino de Carvalho, os deputados alentejanos do PCP; Henrique Troncho, governador civil de Évora e candidato à liderança do PS eborense; João Rocha, o presidente do Con-

selho Regional do Alentejo; e Carmelo Aires, o então ainda presidente da CCRA. Uma outra figura conhecida que passou pelo Congresso foi a de Demétrio Alves, presidente da Câmara de Loures. Estavam também universitários como Jorge Araújo, o reitor da Universidade de Évora, investigadores como Carlos Luna e Ana Paula Fitas, ou técnicos como José Simão, do

Ministério da Educação, e José Carlos Albino, da Esdime.

Mas houve também quem primasse pela ausência. António Saleiro, líder do PS/Beja e governador civil, já havia prometido faltar. Cumpriu, e seguiram-lhe o exemplo os deputados socialistas eleitos pelo distrito de Beja. O grupo parlamentar do PS fez-se representar por um deputado algarvio. ■

Um consenso generalizado

Este congresso, mais do que a oportunidade irrefutável, trouxe à colação realidades que justificam reflexão atenta.

Não ficou qualquer dúvida sobre a necessidade imperiosa da criação das regiões administrativas.

Com ou sem referendos, com menor ou maior discussão entre as populações, com o risco de surgirem pequenas guerras em relação às delimitações geográficas, é certo que está criada uma sensibilidade que crescerá com o desenvolver do esclarecimento tendente a aceitar o que já é óbvio.

A marginalização do interior do País, que no Alentejo é sentida mais do que em qualquer outra área, constitui o argumento mais poderoso para a criação de uma estrutura intermédia que retire ao centralista poder ancestral a capacidade de dirigir o País a seu bel prazer.

Aparecem, aqui e além, os arautos da contra-regionalização. Que são custos acrescidos, que são desavenças regionais, que são aspirações a novos *tachos*, que são oportunismos político-partidários, enfim, um conjunto de falsos argumentos que mais não pretendem do que criar obstáculos artificiais à necessária descentralização de poderes.

Todas estas questões surgiram no decorrer do congresso de Moura.

Positivo foi que não se levantou uma única voz contra a regionalização. Houve, sim senhor, posições diversificadas quanto à delimitação das áreas geográficas a constituir no Alentejo. Ficámos com a ideia de que está criado um generalizado consenso quanto às vantagens de ser constituída uma única região em contraponto a algumas posições que insistem na divisão do Alentejo em duas partes.

Estudos exaustivos, análises pormenorizadas, auscultação de personalidades e organizações populares apontam para que, à partida, será vantajosa para as populações

alentejanas a criação de uma única região, extensa, de facto, na superfície geográfica, mas condicionada à reduzida ocupação demográfica.

Depois, contrapondo-se à inflexibilidade até agora aposta pela Federação do PS, dita do Baixo Alentejo, que faz da sua posição irredutível um cavalo de batalha, foram apresentados argumentos que, sujeitos a posterior discussão, demonstram por A+B que, só a implementação de uma única região, aproveitando os múltiplos recursos naturais e humanos que do Tejo ao Caldeirão, ou de Sines e Troia a Barrancos e Elvas, isto é, todo o território que a tradição e a história consideram como Alentejo, será possível com a rapidez desejada a aproximação da região aos níveis de desenvolvimento e progresso do resto do País e da comunidade europeia.

A acta final do congresso revela esta vontade maioritária resultante das intervenções e do debate. Não faltaram, no entanto, posições originais que chamaram a atenção para um futuro que é já de hoje. «Educar o desenvolvimento», expressão feliz de Ana Paula Fitas, que defendeu a necessidade de preparar a população para enfrentar o advento das novas tecnologias. «Formação profissional a sério e não só para utilizar na captação de fundos comunitários», foi o cerne da sua intervenção. Adequada ao momento, serviu, contudo, para evidenciar que a optimização do aproveitamento dos recursos regionais não pode passar pela divisão dos alentejanos.

O congresso, não sendo decisivo quanto às formalidades que estão adjacentes à criação das regiões administrativas, não pode deixar de ser um marco influente na discussão que vai prosseguir.

Sem tibiezias, sem cedências a paixões e bairrismos exacerbados, antes sim numa trajectória que permita a intervenção de uma autarquia intermédia nos destinos favoráveis a um desenvolvimento e um progresso que tardam em conseguir-se. ■

Uma região com futuro

«É a unidade de todos os alentejanos e não a sua divisão o melhor garante que o Alentejo é uma região com futuro», afirma o PCP em comentário ao VIII Congresso sobre o Alentejo, realizado no passado sábado em Moura.

O Organismo Inter-Regional do Alentejo (OIRA) do Partido Comunista Português afirma «não fazer sentido, a serem sinceras as declarações dos mais altos responsáveis do PS que afirmam ser sua vontade assegurar amplos consensos para o processo da regionalização, o PS apresentar na Assembleia da República uma proposta que divide o Alentejo em duas regiões quando tal proposta não merece sequer o apoio das organizações do PS do Alentejo. Insistir na divisão do Alentejo em duas regiões só poderá assim significar que, ao contrário do que proclama, a direção do PS não hesita em sacrificar um amplo consenso no Alentejo, que pode envolver comunistas, socialistas e sociais democratas, como foram evidentes no VIII Congresso sobre o Alentejo, às manobras e taticismos partidários de alguns dos seus dirigentes que, como sucede em Beja, não escondem sequer as suas desmedidas ambições pessoais».

Os comunistas alentejanos consideram «politicamente muito relevante o facto das poucas vozes que ainda propõem a divisão do Alentejo considerarem só ter esta proposta viabilidade se aceite pelo Litoral Alentejano, pois sendo conhecido que o litoral é claramente por uma região Alentejo, tal como foi reafirmado no recente debate de Grândola, tal só pode significar o reconhecimento de que a única solução é a criação de uma única região no Alentejo».

O OIRA diz que «o recurso ao referendo de que alguns se mostram hoje tão acérrimos defensores não passa de mero pretexto para continuar a linha de boicote à regionalização que tem caracterizado a sua intervenção nos últimos 20 anos», reafirmando os comunistas alentejanos «com redobrada convicção, ser a criação de uma só região administrativa no Alentejo a melhor solução para responder, dentro dos limites das suas competências e atribuições, às mais profundas e sentidas aspirações de todos os alentejanos, sejam eles naturais do Litoral, Alto ou Baixo Alentejo». ■